



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Dinâmicas Populacionais, Gerações e Envelhecimento

TÍTULO DA COMUNICAÇÃO:

ENTRE TRADIÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DO TRABALHO DO MAR: DILEMAS GERACIONAIS DAS COMUNIDADES PISCATÓRIAS

Tomás, Licínio M. Vicente

Doutor, CICS.NOVA.UA/CICS.NOVA/Universidade dos Açores, licinio.mv.tomas@uac.pt

Resumo

Somos herdeiros de uma tradição marítima na qual o mar sempre ocupou um inegável espaço de identidade. No essencial, quer em termos de processos quer no atinente ao teor das relações de enquadramento socio-laboral, o trabalho nas pescas permanece ainda mal conhecido entre nós. O mesmo é válido para as comunidades humanas que vivem da pesca marítima as quais, perpassadas por mudanças globais, procuram ativamente alternativas à faina do mar e aos rendimentos da atividade da pesca. Contudo, na encruzilhada da modernização dos métodos e das frotas, dos constrangimentos dos mercados globalizados e da indefinição política para o setor, as comunidades piscatórias procuram sobreviver entre dilemas que o dia-a-dia lhes coloca.

Mas estas comunidades constituídas secularmente, que têm no trabalho do mar o seu fundamento e, por vezes o seu único sustento, encontram-se hoje dilaceradas por profundos dilemas visto que se assiste a uma transformação dos sistemas organizacionais da atividade, da sua identidade e do funcionamento das próprias comunidades profissionais, nomeadamente, em virtude das mudanças mercadológicas, ambientais e políticas.

Nos moldes atuais, a atividade da pesca é dificilmente sustentável e o setor tornou-se repulsivo. Perante a fuga de efetivos, o envelhecimento profissional destas populações indica que a renovação dos recursos humanos pode estar comprometida. Em suma, trata-se de saber como é que os homens do mar lêem o futuro da sua profissão na continuidade geracional. Assim, procuraremos na presente comunicação dar conta da forma como as comunidades marítimas vivem os dilemas, paradoxos e contradições da sua situação de trabalho os quais definem em boa medida a sua condição de vida e de relação com o mundo.

Abstract

We are heirs of a maritime tradition in which the sea has always been an undeniable space identity. Essentially, both in terms of processes either as regards the content of socio-labor relations framework, work in fisheries remains poorly known among us. The same is true for human communities living marine fisheries which, crossed by global changes, actively seek alternatives to the drudgery of the sea and the income of the fishing activity. However, at the crossroads of modernizing methods and fleet, the constraints of globalized markets and political uncertainty for the industry, fishing communities seek to survive between dilemmas that the day-to-day puts them. But these communities constituted centuries, they have at work the sea its foundation and sometimes their only livelihood, are now torn apart by profound dilemmas as we are witnessing a transformation of organizational systems of activity, their identity and operation of own professional communities in particular because of marketing changes, environmental and political.

In the current form, the fishing activity is hardly sustainable and the industry has become repulsive. Given the flight of effective, professional aging of these populations indicates that the renewal of human resources may be compromised. In short, it is to know how the sea men read the future of their profession in continuity generational. So, we will try in this Communication take account of how the men of the sea live the dilemmas, paradoxes and contradictions of their work situation which define in good measure their condition of life and relationship with the world.

Palavras-chave: Desafios ambientais, trabalho na pesca, Gerações, sustentabilidade e envelhecimento profissional

Keywords: Environmental challenges, working in fishing, Generations, sustainability and professional aging

[COM0488]

Introdução: um mar de representações discursivas

O mar é simultaneamente um recurso nacional e um legado histórico necessário para o desenvolvimento de atividades diversas. A forte ligação marítima ancestral prolonga-se na atual conjuntura social com variantes inéditas. Tido por “um valor seguro para o futuro” (Cunha, 2011:44), a que, inevitavelmente, se atribuirá um lugar de relevo nas representações discursivas oficiais, a exploração oceânica constitui um tema de atualidade. Política e economicamente tudo parece impelir-nos a virarmo-nos para o mar. Lê-se muito, hoje, sobre a necessidade de reconsiderar a exploração do mar nas suas vertentes dos recursos naturais, minerais e até energéticos, turísticos ou comunicacionais (Barrère, 1992). Talvez como forma de minimizar o impacto de uma crise económica e social que nos assola, talvez na procura de uma saída para o impasse político recorrente, o mar aparece como janela de oportunidades sem que, no entanto, se viabilize uma estratégia consistente de exploração.

Todavia, a exploração oceânica atingiu já limiares impressionantes de que nem sempre temos noção. A consciência de que os recursos do mar (ou do planeta) não são inesgotáveis tem vindo a emergir aos poucos numa opinião pública cada vez mais esclarecida e seletiva perante o que procura, mesmo se ainda se está longe de uma consciência ambiental plena. O mar sempre assumiu significado relevante na história e na geografia do país, com a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) de mais de 1,727 milhões de quilómetros quadrados (Medeiros, 2005:162) e sob a influência de fortes condicionalismos físicos particulares que determinam a sua fraca possibilidade de exploraçãoⁱ.

Não obstante a presença e influência oceânicas constantes, só em épocas marcantes o país se virou efetivamente para o mar como meio de solucionar constrangimentos sociopolíticos e económicos; o domínio sobre o território apresenta formas desiguais de se manifestar ao longo da história. A história social e cultural dos pescadores parece, na sua configuração mais profunda, estar ainda por fazer. Como sublinha Inês Amorim, “a história tem dedicado algum espaço às Pescas e às Pescarias, raramente aos Pescadores” (2001:6). Podemos questionar o porquê de só raramente se dedicar alguma atenção às comunidades piscatórias e aos pescadores se é facto que são eles os protagonistas da história das pescas e não apenas desta mas também da história económica e social no seu conjunto. Obviamente, é “todo um conjunto de fatores que tem comandado a evolução da pesca portuguesa, desde cedo” (Medeiros, 2000, p. 205) assim como, por afinidade, a das comunidades de pesca. A história trágico-marítima está ligada aos acontecimentos dolorosos a reter na memória e, por isso mesmo, legitimamente ao serviço do registo do risco, do perigo, do que a história levou com ela. Por outro lado, como também nota Inês Amorim (2005), tal lacuna pode muito bem ficar a dever-se ao facto de estarmos perante uma cultura agrafa em que não abunda o documento escrito, carecendo mesmo de testemunhos documentais. Efetivamente, trata-se de uma cultura adversa ao registo escrito (Trindade, 2008). que se manteve maioritariamente iletrada até bastante tarde. Estamos sem sombra de dúvida perante uma cultura afirmada no quotidiano com forte sentido da pragmática de vida (Trindade, 2009). Uma cultura marcada pelo risco, pela dureza e pela solidariedade familiar e comunitária que se expressa na perenidade do elo fundamental entre os elementos no seio da comunidade e das *companhas*ⁱⁱ na atividade piscatória que a história de algumas comunidades orgulhosamente ostenta (Penteado & Trindade, 1998).

Contrariamente às comunidades marítimas, a cultura erudita olha para o mar como um espaço poético, de lazer, de evasão e de desafio à criatividade – sempre propício à deriva metafórica – que alimenta o imaginário e traça uma certa nova cartografia de utilização representada por uma panóplia de produtos e serviços que alicerçam novas formas de entendimento e de relação para com o mar (Corbin, 1990). A relação com o mar tem vindo a transformar-se, ao longo do tempo. Os avanços da segurança e a minimização dos riscos num meio inóspito permitiram que o espaço oceânico fosse progressivamente dominado, permanecendo, no entanto, ainda relativamente desconhecido (Parry, 2002). Entre imagens míticas de espaços intransponíveis e meio adverso à natureza humana, o mar sempre fascinou a humanidade (Corbin & Richard, 2004), converteu-se num meio que permite, por excelência, a cultura do corpo e a promoção do

usufruto do consumo de lazer, enquadrados dentro de uma nova fantasmagoria urbana (Corbin, 1990) oposta ao agreste da vida marítima.

1. A problemática do mar e dos recursos naturais nas suas incidências socioprofissionais e sectoriais

O nosso passado comum afirmou a vocação marítima como um desígnio nacional; a trajetória até ao presente releva, claramente, o papel do mar na construção da nossa identidade. A história do mar enquanto domínio que consagrou — e congregou — heranças e desígnios coletivos, está ainda por fazer ou reinventar (Peralta, 2008). A dos pescadores ou de quem vive do mar, também ela, encontra-se por organizar e conhecer. A nossa relação com o mar transformou-se a diversos níveis e reflecte-se intimamente nas atitudes ou na forma de o proteger e divulgar como um património comum (Peron & Rieucou, 1996). Ninguém conhece tão claramente os problemas do mar como quem dele vive e com ele sobrevive. Por isso, as práticas de preservação e de integridade ambiental que as comunidades marítimas geraram no decurso da sua já longa evolução, não podem, numa época de intensa devastação, ser postas em causa. No âmbito da pesca tradicional e familiar, o respeito pelos recursos naturais foi algo que desde sempre se cultivou. A questão da preservação ambiental nunca esteve tanto na ordem do dia e, no entanto, é já antiga a polémica que a fundamenta (Bowers, 1997; Saldanha, 2005). A delapidação dos recursos assim como o próprio debate científico sobre a temática não constituem uma realidade recente. O que é efetivamente recente é a emergência de uma “opinião pública” que sustente esta causa, a qual abarca cada vez mais sectores da sociedade. Mas o debate público não distingue causas, problemas e consequências, nem tão pouco os diferentes agentes com a sua influência específica. Os dados que os cientistas coligiram servem frequentemente para legitimar medidas avulsas ou discursos inflamados quando se deveriam tomar como referências orientadoras e conjecturas teóricas de evolução. Eles apontam cenários ou traçam futuros que nos informam do prolongamento de tendências nefastas se nada for feito para contrariar tais tendências. Por conseguinte, no clima social atual, a intensificação da informação, os relatos científicos, os movimentos sociais, as associações de defesa ambiental e as tendências políticas têm forte impacto na opinião pública (Dron, 1998) e conjugadas exercem uma pressão clara sobre as atividades de extração marítima de que a pesca constitui a principal componente.

Foram debates similares e a perda de importância comercial que impuseram, por exemplo, a extinção da captura de cetáceosⁱⁱⁱ (Cymbron & Dutra, 2013), não obstante existirem ainda hoje nações a contornar esta determinação. Porém, a diminuição drástica de certas espécies com valor comercial reconhecido como o atum, a pescada ou o bacalhau constituem um dado concreto e não uma especulação. Desprevenidamente, aponta-se o dedo às práticas intensivas e a certas artes de pesca esquecendo-se que nem todos os homens do mar são pescadores e que nem todos os pescadores estão equipados para a extração intensiva, nem utilizam métodos iguais. É uma evidência, a atividade da pesca engloba práticas contrastadas. O seu impacto ambiental ou as suas implicações profissionais diferem de uma modalidade para outra. Assim, também a condição de pescador está longe de reunir uma classe homogénea.

Outra dimensão fundamental e não menos evidente na prática piscatória é que as atividades e os métodos respondem às solicitações da procura. Mercê de novas possibilidades de consumo, a procura de pescado fresco e congelado expandiu-se prodigiosamente, verificando-se que as novas necessidades da sociedade de consumo em massa requerem *stocks* cada vez maiores e quase ilimitados. Assim, o ritmo da regeneração e da reposição ambiental foram quebrados e as capturas de espécies marinhas selvagens para alimentação humana foi ultrapassado pela de produção piscícola.

É, por isso, na confluência de uma problemática que extravasa claramente o âmbito estritamente profissional que se deverão interpretar as novas solicitações e as expectativas sociais que recaem sobre a classe piscatória em toda a sua dimensão. O produto extraído do mar (tal como o seu valor) não é comandado pelos profissionais da pesca. Como todos os objetos de consumo, também este produto entra no jogo tangível do

valor social de troca^{iv}. Os imperativos do bem-estar requerem recursos em abundância e, assim o cremos, as épocas de abundância dos recursos pertencem ao passado.

Nesta ótica, tudo o indica, a polémica questão do equilíbrio ambiental constitui uma problemática alheia ao exercício da atividade marítima mas impõe-lhe sérios constrangimentos. As suas causas são remotas e, sem dúvida, urbano-centradas. De qualquer modo, esta atmosfera de debate torna ainda mais incerto o desenvolvimento de uma profissão que assenta, por natureza própria, na incerteza e no risco constante: a de pescador.

2. O modelo de desenvolvimento e a lógica consumista como condicionante efetiva

Várias profissões se encontram em redefinição. A profissão de pescador não é exceção. A industrialização, a modernização e, de um modo geral, as mudanças que as atividades tradicionais incorporaram são a expressão de uma evolução técnica, económica e social. O consumo, qualquer que seja a sua variante, generalizou-se a grupos que dele eram anteriormente excluídos e, conseqüentemente — nesta vertente pelo menos — democratizou-se^v. Em certos meios, o desenvolvimento, o crescimento e o progresso constituem bandeiras a defender a qualquer preço. E, no geral, só ultimamente se interroga a sustentabilidade dos sistemas económicos e sociais.

Efetivamente, cremos que é sobretudo o modelo de desenvolvimento e a forma de vida urbana na sua vertente do consumo que é preciso questionar. Numa época em que este se ampliou e se democratizou nos níveis de bem-estar, as apetências elevaram-se e os índices de utilização dos diferentes recursos dispararam. Neste quadro, por que razão o consumo de peixe e dos diversos produtos extraídos do mar constituiria exceção ou seria refreado? Não podemos esquecer que na pós-modernidade, foram as nossas motivações e a correspondente possibilidade de as satisfazer que constituiu o fator que mais estimulou a produção industrial e foi também, com ela, que se gerou muito do crescimento económico e dos benefícios sociais que caracterizam a modernidade.

No entanto, como sabemos, o progresso material e social não beneficia a todos por igual. Muitos permanecem à margem do progresso ou das vantagens que ele possibilita. Esquecemos que, numa época aparentemente movida pelos valores inabaláveis da solidariedade e da equidade, assim como pela crença no progresso e na democracia, os horários de trabalho e o direito ao trabalho constituem — à semelhança de décadas passadas — o ponto nevrálgico das reivindicações em torno do emprego. Ora, este não está garantido quando os recursos do mar são vorazmente disputados ou delapidados por interesses diversos e inconfessados (Chaussade, 2002). Por conseqüência, a massificação nas solicitações de consumo levou à intensificação da atividade extrativa e piscatória, considerando-se, frequentemente, que são estas últimas que têm de se limitar. E, claro está, o emprego e as legítimas contrapartidas do trabalho também não estão garantidas, sobretudo num cenário em que os contornos da definição profissional são amplamente marcados pela incerteza. O debate público ainda apenas começou e não pode nem deve ser enviesado nos seus pontos fundamentais (Amorim, 2005).

3. A pesca, o emprego e o valor que se altera

A pesca é a atividade que garante o produto do mar para alimentação humana a todos e o rendimento de muitas famílias que, num número significativo de casos se encontram à margem das conquistas do progresso e do bem-estar social, em virtude de condições sociais periféricas e de modalidades de exercício que não asseguram, como noutras áreas, as mesmas contrapartidas de trabalho nem o retorno programado do investimento a quem o faz. No entanto, não podemos esquecer que a pesca pode ser questionada como atividade mas não como sector de emprego. Efetivamente, desde a *antiguidade* que a pesca constitui uma fonte importante de alimentos para a humanidade, mas é sobretudo enquanto sector de emprego que hoje mais se questiona (Moniz, Godinho e Kovács, 2000) a par da dinâmica do setor. Por outro lado, a lógica

económica de relacionamento mundial converteu a sua função originária num valor estratégico e negocial que desvirtuou e diversificou o seu antigo valor e significado nutricional. O valor nutricional é diferente do valor comercial e a importância que tem no circuito económico determina muito do seu contributo para a definição do emprego. Com efeito, sem desvirtuar o valor comercial do produto do mar, há que ter em conta o valor efetivo e a capacidade empregadora que a atividade gera. A diminuição do volume de ativos do sector indica, em todos os quadrantes, uma fuga à condição profissional e social que a pesca origina mas não ilude as tendências de intensificação das capturas para responder a uma lógica de rentabilização económica tendo em vista um maior bem-estar social. Sabemos que muitas das modalidades tradicionais não são economicamente rentáveis e os próprios profissionais sentem esse constrangimento. A sua importância económica e social decaiu e é muito pouco atrativa para as gerações mais novas^{vi}. O que é facto é que o abandono da atividade nas modalidades artesanais em detrimento das intensivas ou industriais parece ir a contra corrente do desejável em termos da pressão sobre os recursos.

4. Dilemas e consequências da classificação das modalidades e dos pescadores

Numa primeira abordagem à mundialização dos constrangimentos, percebemos que nos meandros do negócio do pescado se desenvolveram interesses algo à margem e adversos a estas comunidades (Pérez & Pérez, 2014) sendo que, na atualidade, as pressões ecológicas e económico-sociais são tendencialmente contraditórias, constituindo um factor emergente de forte impacto no rumo de um setor (Amand, 2011) que se debate entre a tradição e a modernidade do trabalho. A harmonização da sustentabilidade ambiental com a sustentabilidade económica e social revela-se um exercício problemático.

De um modo geral, as atividades tradicionais encontram-se em regressão apesar da resiliência das comunidades que as perpetuaram ao longo da sua existência (Viegas, 2010). Quando as formas de atuação e as artes de pesca são de teor predominantemente tradicional ou artesanal, como aquela que é desenvolvida em embarcações de boca aberta, de dimensões modestas, seguindo métodos milenares de captura. As contrapartidas de esforço árduo raramente são compensatórias, ficando em clara desvantagem competitiva perante os apetrechos e as técnicas industriais mais vulgarizadas. As formas de caracterização de uma atividade, como a pesca, são diversas mas os métodos empregues na captura e os fins a que se destina são bastante elucidativos tanto da inserção económica como da lógica de sustentação familiar em que assenta o desempenho profissional. Quando o produto da pesca se destina a ser vendido, as finalidades são comerciais e não temos dúvida de que estas são as mais generalizadas. Os métodos de captura e a capacidade extrativa são variáveis e os resultados também o são. À semelhança de muitos outros ramos de atividade, o trabalho piscatório deixou progressivamente de ostentar contornos familiares para passar a ser um trabalho de teor profissional com métodos e técnicas adquiridos no decurso de uma formação especializada e já não tanto herdada. Contudo, quaisquer que sejam os perfis profissionais considerados, as atividades e as profissões são sempre de classificação ambivalente quanto à natureza, inserção e tipificação.

Técnica e conceptualmente não é clara, por exemplo, a distinção que é feita entre pesca artesanal e pesca industrial. No seguimento de outros estudos já realizados, entendemos como pesca artesanal ou tradicional, aquela que é praticada nas proximidades das plataformas continentais ou de cada ilha, não por opção ou por capricho, mas por corresponder a uma fraca autonomia de navegação das embarcações e a uma capacidade de extração limitada, devido ao reduzido investimento humano e incorporação de tecnologia. Assim, recorrendo a José Pascual Fernández (1991), em seu estudo a pesca artesanal nas Canárias, classificam-se embarcações até aos dozes metros de comprimento cujo afastamento da costa não exceda as 45 milhas e com capacidade de alojar em mar tripulações que não excedam os 6-7 homens. Há ainda quem utilize o critério do gabarito avaliado abaixo ou acima de 20 toneladas de arqueação bruta (Pinho, 1998) para classificar sumariamente o tipo de pesca. Quanto às artes de pesca praticadas e os meios de deteção de cardumes utilizados remetem mais para a tradição do que para a mobilização tecnológica; sendo ainda uma característica divergente a organização do trabalho que no tipo industrial é bastante especializado e

subdividido atendendo à repartição de tarefas pelos tripulantes. A especialização e a compartimentação horária da duração entre tempo de trabalho e de *não-trabalho* é mais visível num do que noutro tipo, acarretando uma possibilidade diferencial de organização e planificação da vida corrente no seio familiar. Em termos organizacionais, as *companhas*, irmandades e cooperativas desempenham ainda um papel fundamental e estruturante da atividade produtiva. Mas, em ambas, a filiação corporativa vem cedendo o lugar à prática associativa e sindical, requisitos organizativos que o funcionamento da modernidade laboral impõe. A integração lucrativa do trabalho individual, a dinamização e o envolvimento com direitos firmados requerem contudo um reforço das formas organizacionais e participativas do sector.

5. Tentativa de avaliação do volume de trabalhadores ligados à pesca na Região Açores

Classificar a atividade da pesca nas suas diferentes modalidades têm nomeadamente interesse para uma conveniente caracterização do sector e uma correta avaliação dos modos de vida de uma significativa parcela da população direta ou indiretamente envolvida nas diferentes atividades que configuram o quadro da atividade piscatória. Mas a dificuldade em referenciar e, conseqüentemente, em quantificar os pescadores, as modalidades e a abrangência da própria atividade não se fica por aqui. A fraca rentabilidade e irregularidade dos rendimentos da pesca originam frequentemente situações de pluriatividade. Conjuntamente, o envolvimento familiar dos indivíduos inativos, segundo os critérios usuais de classificação económica e a indefinição profissional na condição de vida de quem “faz um pouco de tudo”, os quais acrescentam fluidez ao sector.

De qualquer modo, limitados e habituados que estamos a utilizar critérios censitários é vulgar situarmos em cerca de um ou dois milhares os pescadores profissionais da Região, tendo decaído, na sua evolução, o quantitativo de década para década. No entanto, as flutuações dos valores recenseados tanto se ficam a dever à constituição das categorias e das nomenclaturas utilizadas que mudam como com à própria realidade profissional que se altera. Assim, o censo de 1991 registava na rubrica da distribuição populacional, pelos diferentes ramos de atividade económica, 2137 trabalhadores nas pescas e em atividade similares e o censo de 2001, apenas 1392 na mesma classificação de ativos para a região. Quando se compara o volume dos profissionais recenseados nas capitánias ou na atividade efetiva, os quantitativos variam inevitavelmente. Podemos ilustrar sumariamente este aspeto com uma tentativa de quantificação estatística dos próprios pescadores recenseados segundo diferentes organismos e metodologias.

Categorias	1981		1991		2001		2011	
	País	Açores	País	Açores	País	Açores	País	Açores
Patrão	1088	31	1900	153	2572	236	2062	302
T. C. P.	6099	814	4719	476	1778	137	1678	137
T. F. Ñ. R.	415	55	225	52	78	17	77	21
T. C. O.	20227	1220	19702	1452	11524	999	8827	1233
Cooperativa	459	7	178	2	28	2	26	8
Outra situação	74	0	116	2	68	1	118	14
Total	28362	2127	26840	2137	16048	1392	12788	1715

Quadro 1- Volume de profissionais na pesca, no país e na Região Autónoma das Açores, em 1981, 1991, 2001 e 211. *Fonte: INE, Censos de 2011*

Para sermos coerentes, consideramos que os valores estimados estão sujeitos a revisões. Representam, no entanto, uma indicação referencial que nos permite situar o volume de trabalhadores envolvidos no sector

pesqueiro no arquipélago dos Açores. As comparações oferecem, assim, a possibilidade de relativizar os dados censitários e as classificações que, por mais criteriosas que sejam, deixam de fora substanciais parcelas de ativos cuja categorização se reconhece problemática. As famílias de pescadores são, regra geral, famílias alargadas e aparecem nas estatísticas entre os agregados de maior dimensão, com uma dimensão média de 4,92 pessoas por núcleo familiar.

Em termos de características sociográficas mais salientes, notamos ainda uma média etária bastante elevada dos profissionais (cerca de 49 anos) e uma tendência clara no sentido do envelhecimento da estrutura de ativos quer pela dificuldade que a profissão manifesta em recrutar jovens quer, ainda, pela permanência no ativo de trabalhadores de idade avançada. O desencorajamento, a fraca renovação das gerações no ativo ou a difícil mobilidade ou reconversão profissional explicam, por si só, esta longa permanência na carreira para profissionais que começaram muito cedo a trabalhar (em média com 13,8 anos), como nos indica o quadro 2.

Idades	%	% Acum.
Menos de 12 anos	17,4	17,4
12 anos	11,5	28,9
13 anos	13,6	42,5
14 anos	27,5	70,0
15 anos	13,9	83,9
16 anos	3,8	87,8
De 17 a 20 anos	5,2	93,0
21 e mais anos	3,5	96,5
Sem resposta	3,5	100
Total	100,0	-

Quadro 2- Idade de início de atividade dos pescadores açorianos^{vii} (Estudo CES-UA/AMA)

N= 267^{viii}

A formação é, na maior parte dos casos, descontínua e adquirida de forma autónoma ou autodidata e o trabalho inicia-se sem grande preparação técnica (Tomás, 2006). As representações sobre a atividade veiculam saberes essencialmente práticos em que a formação é inerente ao exercício profissional, precariamente enquadrado e pouco reconhecido e, por conseguinte, pouco gratificante.

6. Os contornos normativos da profissão de pescador

Traçado este quadro de fundo onde se desenha hoje a atividade da pesca e em que emerge a realidade dos pescadores, a profissionalização revela-se difícil, denotando profundas incertezas de continuidade a todos os níveis. Efetivamente, se para certos profissionais podemos falar numa clara explicitação das normas que regem o seu trabalho e a sua conduta no exercício e na relação laboral, aqui afluímos um domínio de atividade em que os contornos são fluidos e as normas técnicas pouco tipificadas. Numa tendência de organização social que privilegia a programação geral da existência e que fixa amplas expectativas na regularidade do rendimento do trabalho, a captação formativa de novos elementos revela-se, também ela, difícil. Quando comparamos com outras profissões, as especificidades da profissão de pescador assentam na constituição de saberes pragmáticos de captura aquática e numa incipiente padronização laboral quer seja de horário quer seja de vínculo ou de enquadramento socioinstitucional do emprego. Mas para além disto, a natureza peculiar revela-se na sua dependência ambiental, na incerteza e no risco inerente ao exercício profissional e na vivência de trabalho no mar.

Há hoje, qualquer que seja o sector e a natureza, necessidades funcionais e adaptativas que não se podem negligenciar. A constituição de um *now-how* formativo, que a experiência incute e que a necessidade da prática da atividade confirma, é também comum a todas as profissões. Na afirmação da profissão de

pescador a experiência é tida por principal suporte (Tomás, 2006). A formação externa ao exercício ou aquela que é feita em contextos escolares, ainda que desejável, não constitui a norma que incorpora as expectativas nem os requisitos do perfil profissional. Todavia, as exigências atuais, de uma sociedade burocratizada e pautada pela maximização da eficácia produtiva, transformaram os requisitos da profissão alterando os contornos profissionais. As regras de empregabilidade ditam uma escolaridade cada vez mais longa e a necessidade de se incorporar na profissão um saber teórico especializado adquirido em contextos de formação próprios. A conversão do saber teórico em saber utilitário é sempre uma vertente problemática da profissionalização mas revela, no caso vertente, uma dificuldade acrescida de sustentação motivacional e acreditação formal. As linhas de conduta técnica e eticamente requeridas encontram-se também elas pouco explicitadas. São no entanto, aspetos que contribuem para afirmar estatutos profissionais em termos do reconhecimento social. Nesta vertente, a afirmação de um código deontológico de conduta para a dignificação do exercício profissional, conferindo legitimidade de atuação no mar, parece uma etapa fundamental pois sabe-se que os códigos de conduta são elementos estruturantes de muitas outras profissões (Rodrigues, 2012) e não só orientações ou sugestões para a um desempenho aceitável da atividade.

Para além disto, o exercício profissional é sobretudo o resultado das gerações mais velhas em atividade. Efetivamente, por todo o lado, a dinâmica da substituição das gerações mais velhas no ativo é mais lenta e, cada vez mais, de difícil concretização. O peso das idades mais avançadas é hoje mais importante que há umas décadas atrás, sinal de envelhecimento da profissão de que a estrutura demográfica d ativos neste setor e disso legítimo indicador (quadro 3).

	TOT	15-19	20-24	25-29	30-35	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75 e mais
Portugal	100	1,5	5,0	6,9	9,3	12,4	14,2	17,8	15,4	10,5	4,9	1,5	0,4	0,2
Continente	100	1,0	4,0	6,1	8,6	12,0	14,1	18,5	16,4	11,2	5,5	1,8	0,5	0,2
Região Autónoma dos Açores	100	4,8	11,9	12,4	13,9	14,6	13,6	12,1	8,8	5,4	1,8	0,6	0,1	0,1
Região Autónoma da Madeira	100	0,8	3,6	5,2	9,1	12,8	17,4	20,8	15,7	12,1	2,5	0,2	0,0	0,0

Quadro 3- Peso relativo das diferentes classes etárias no setor da pesca e aquacultura em 2011. *Fonte: INE, Censos de 2011*

Não obstante as condições materiais e técnicas de exercício profissional se consolidarem ao longo de uma trajetória de trabalho e de dedicação, as modalidades de aprendizagem não mudaram muito. Em termos estatutários, a profissão perdeu algumas vantagens comparativas com as que se oferecem no mercado de trabalho para atividades que exigem qualificações ao mesmo nível. Por conseguinte, a profissão, segundo a representação que dela têm os praticantes, é mais repulsiva do que atrativa. Aqui, apesar de ainda não se notar fortemente, a renovação pela base, com os mais jovens, está comprometida como em muitos outros lugares aliás (Carre, 2005). A renovação das gerações no ativo da pesca já não acontece.

7. Conclusão: a mudança social e os constrangimentos da definição profissional

Na encruzilhada entre a partilha do trabalho e a disputa dos recursos oceânicos, verificamos que a pesca artesanal enquanto atividade fundamental é esquecida ou reconvertida e a pesca industrial raramente o é. Podemos questionar se esta reconversão corresponde mais aos desígnios da evolução ambiental ou da mudança política. É de sublinhar que os processos de definição e redefinição profissional são diversificados e variam segundo o percurso formativo.

As condicionantes de evolução social, com base nas alterações ambientais, impõem e justificam medidas de intervenção e de condicionamento ao exercício da prática profissional. Nos seus fundamentos, certas medidas não são questionáveis e nos efeitos sobre a desagregação das atividades tradicionais e evolução de certas profissões também não. A problemática marítima oferece-nos um exemplo de como a ecologia e as causas ambientais podem ser emblematizadas em prol da justificação na ação política e social mas também dos efeitos contagiantes, que têm sobre os modos de vida e as dinâmicas da sociedade global.

A relação entre mudanças ambientais e práticas profissionais é sempre difícil de observar e de comprovar. Admitimos porém que o efeito global de uma prática de pesca predadora e intensificada é nocivo à sustentabilidade dos recursos pesqueiros e compromete, a prazo, a continuidade da atividade tanto na atualidade como nas gerações futuras. Os quadros negros de evolução de sobre-exploração e devastação industrial, já amplamente traçados, criam estupefação embora sejam o resultado não da transformação das comunidades piscatórias mas da extensão da industrialização e do rumo da economia concorrencial. Por isso, recusamo-nos a considerar que a pesca seja toda ela igual e tenha toda ela os mesmos efeitos.

A modernidade profissional impôs para além de novas formas de organização e de participação coletiva, também códigos de conduta e de procedimentos no exercício do trabalho que a sociedade defende e que a nova relação com os públicos ou clientes requer. Há na meritória atividade e dedicação artesanal regras e potencialidades esquecidas perante a imposição de um padrão de conduta e de produtividade. A alteração das formas de produzir e a regulamentação da atividade laboral, dentro de um quadro de cidadania que responsabiliza os membros de uma coletividade, apresenta-se como mais difícil de sistematizar no âmbito das pescas. A burocracia dissuade ou destrói as oportunidades de fundar um projeto no sector a não ser que se pense em satisfazer solicitações turísticas, recreativas ou de lazer.

Ultimamente, a sociedade — revista numa difusa opinião pública — despertou para a preservação do mar e os agentes políticos e administrativos seguiram, impondo restrições, afirmando programas de reorientação na nossa relação com o mar. Os pescadores e todos aqueles que no intuito da pura sobrevivência também elegeram o mar, como meio primordial para o exercício do trabalho, ficam apanhados nas malhas de uma rede gigantesca que lhe incute alguma apetência pelo abandono e pela desistência. O êxodo das comunidades marítimas poderia somar-se ao rural e, globalmente, a reinvenção do tradicional, pelas solicitações de mercado, fica claramente a perder. A pesca que não é industrial passa a ser desportiva e aquilo que era reduto da sobrevivência para uns transforma-se no objeto da curiosidade e do recreio para outros. Ora a sobrevivência e viabilização lucrativa destas novas atividades vocacionadas para o turismo pressupõem a preservação do artesanal e das comunidades em funcionamento. Contradição clara nos desígnios do presente.

Referências

Amand, Rudy (2011). *Socio-antropologie des marins pêcheurs*, Paris : L’Harmattan.

Amorim, Inês & Polónia, Amélia (2001), Gestão de espaços de pesca: poder, administração e conflitos na época moderna. O estudo de um caso: as pesqueiras do rio Ave, *Revista Oceanos. Os pescadores*, nº 47/48, pp. 30-46.

Amorim, Inês (2001). “Trabalho e ocupações no sector das pescas. Esboço de conhecimentos e proposta para um sistema de classificação e de investigação histórica”, in Madureira N. L. e Amorim, I., *História do trabalho e das ocupações. As pescas*, vol. II, Oeiras, Celta Editora, pp. 5-23.

Amorim, Inês, (2005), A pesca ‘pacificada’ – ou os primórdios da questão das pescarias no quadro de uma reflexão sobre os recursos naturais, *GeoINova – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*. Espaços marítimos e sustentabilidade, pp. 104-124.

Barrère, Martine, (1992). *Terre Patrimoine Commun*, Paris: Éditions la Découverte.

- Bowers, John, (1997), *Sustainability and environmental Economics: an alternative text*, Essex, Addison Wesley Longman.
- Carre, François. 2005. L'effet de la généralisation des zones économiques exclusives sur les pêches mondiales (1970-1985), *Revue de Géographie GeoINova,- Espaços marítimos, pesca e sustentabilidade*, n° 11, 2005, pp. 79-101.
- Chaussade, Jean (1997), *Les ressources de la mer*, Paris : Flammarion.
- Corbin, A. (1990), *Le territoire du vide. L'occident et le désir de rivage*, Paris, Édition Flammarion.
- Corbin, Alain & Richard, Hélène, (2004). *La mer - Terreur et fascination*, Paris : Seuil.
- Cunha, Tiago Pitta e (2011). *Portugal e o Mar*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cymbron, Albano & Dutra, Márcia. 2013. *As baleias nos Açores. Da caça ao turismo*. Horta: Observatório do mar dos Açores.
- Dron, Dominique, (1998). *Ambiente e escolhas políticas*, Lisboa: instituto Piaget.
- Fernández, José Pascual (1991). *Entre el mar y la tierra. Los pescadores artesanales canários*, Editorial Interinsular Canaria.
- Medeiros, Carlos. 2000. *Geografia de Portugal. Ambiente natural e ocupação humana, uma introdução*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Moniz, António Brandão, Godinho Manuel M. e Kovács, Ilona (2000). *Pescas e pescadores. Futuros para o Emprego e os recursos*, Oeiras: Celta Editora.
- Parry, John H. (2002). *A descoberta do mar*, Lisboa: Dinalivro.
- Penteado, Pedro & Trindade, José M. (2001). A Nazaré e os seus pescadores: entre representações sociais e novas leituras histórico-antropológicas, *Revista Oceanos – Os pescadores*, N° 47/48, pp. 81-92.
- Peralta, Elsa (2008). *A memória do mar. Património, Tradição e (Re)imaginação identitária na Contemporaneidade*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Perez, Juan M. Santana & Perez, Germán Santana (2014). *La pesca en el banco Sahariano, Siglos XVII y XVIII*, Madrid, Los Livros de la Catarata.
- Peron, François & Rieucou, Jean (1996). *La maritimité aujourd'hui*, Paris: L' Harmattan, coll. «Géographie et cultures».
- Pinho, António Duarte (1998). *Pescas Nacionais. Pedços de uma década perdida*, Lisboa, Meribérica/Liber Editores.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (2012). *Profissões. Lições e Ensaio*, Coimbra: Almedina.
- Saldanha, José. 2005. Os oceanos na transição para a sustentabilidade, *Revue de Géographie GeoINova – Espaços Marítimos, pescas e sustentabilidade*, n° 11, pp. 11-32.
- Tomás, Licínio M. Vicente & Medeiros, Octávio Henrique (2006). *Suor de sal e de mar. A profissão de pescador na era da globalização*. Ponta Delgada : CES-UA/AMA.
- Tomás, Licínio M. Vicente (2007). “Pescando lobos-do-mar e peixe miúdo em mar revoltado – O lugar da idade e do trabalho no envelhecimento sócio-profissional dos pescadores”, *Actas do VI Encontro de sociologia does Açores*, Ponta Delgada, CES-UA, pp. 167-190.
- Trindade, José M., (2009). *A Nazaré dos pescadores. Identidade e transformação de uma comunidade marítima*, Lisboa : Edições Colibri.

Trindade, José M., 2008. “A Dimensão Cultural do Pescador - A influência do mar na organização social e na mundivisão da comunidade piscatória da Nazaré”, *Actes du VI Congresso Português de Sociologia*, Lisboa: APS.

Viegas, M., (2010), *Comunidades piscatórias e bio-recursos Marinhos. Estratégias para políticas de desenvolvimento e de gestão sustentáveis*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Ambiente, FCT/UNL, [dactilopoliada].

ⁱ Veja-se por exemplo que a ZEE dos Açores represente cerca de 57% da área nacional e cerca de 30% da da União Europeia mas só é explorável numa parcela muito reduzida, a qual corresponde a uma profundidade de menos de 600 metros de fundo, isto é, onde a pesca artesanal é praticável.

ⁱⁱ A companha é, como se sabe, uma unidade de trabalho e de relações de solidariedade fundamental porque baseada nas relações de amizade e de afinidade, composta por companheiros que podem ser familiares ou amigos.

ⁱⁱⁱ Relembre-se que Portugal aderiu ao tratado Internacional de Proibição da Caça à Baleia em 1982. Nesta altura já a utilização industrial dos óleos de cetáceos era muita reduzida e, conseqüentemente, o valor comercial pouco significativo para aliciar a captura.

^{iv} Na sua forma genérica, este princípio foi perfeitamente explicitado por Jean Baudrillard em *A sociedade de consumo*, Lisboa, Edições 70, 1981.

^v É facto que o consumo se generalizou nas diferentes camadas sociais e, ao mesmo tempo, se diversificou em todas elas. A facilidade de acesso a certos bens é hoje mais evidente que outrora.

^{vi} Não obstante, a elucidação dos dados de enquadramento que denotam a fuga de efetivos e a clara tendência de envelhecimento do setor, procedeu-se com base num estudo ancorado em meio piscatório na principal ilha do arquipélago dos Açores o qual regista a mesma tendência.

^{vii} Trata-se de um estudo levado a cabo pelo Centro de Estudos Sócios da Universidade dos Açores (antigo CES-UA) a pedido da Associação Marítima Açoriana que colaborou na recolha de informação através da aplicação de um inquérito por questionário.

^{viii} Este estudo, levado a cabo em 2007 e atualizado em 2014, teve por base 41 entrevistas focalizadas numa comunidade piscatória da principal ilha do arquipélago assim como uma outra componente que consistiu num estudo por questionário extensivo a um total de vinte comunidades em diferentes ilhas (n=267). O objetivo principal do trabalho de campo consistiu em localizarem-se os desafios que os trabalhadores do setor identificam e as estratégias que utilizam para lidar com os diferentes problemas inerentes às situações com que estas comunidades se debatem, independentemente de serem realmente estes os reais problemas que impelem ao abandono da atividade ou a permanecer-se nela.